



ACÓRDÃO Nº360/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11717/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Rosivaldo Souza dos Santos (Ordenador de Despesa)
- 4- **Órgão:** Câmara Municipal de Novo Airão
- 5- **Exercício:** 2017
- 6- **Advogado:** Vanilde de Jesus Duarte - OAB/AM Nº 10.028
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 519/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Novo Airão. Exercício de 2017.

Revelia. Irregularidade. Alcance. Multa. Comunicação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel o Sr. Rosivaldo Souza dos Santos**, gestor e ordenador de despesas, nos termos do art. 20, §4º, da LO/TCE;
- 10.2. **Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Rosivaldo Souza dos Santos**, responsável pela **Câmara Municipal de Novo Airão**, exercício de **2017**, nos termos do art. 22, III, "b" e "c", da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, III, "b" e "c", da Resolução 04/2002-TCE/AM;
- 10.3. **Considerar em Alcance o Sr. Rosivaldo Souza dos Santos** no valor de **R\$ 193.946,40** (cento e noventa e três mil, novecentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos), em face das restrições não sanadas transcritas na fundamentação deste Voto (itens 3, 9 e 11 da Notificação n. 01/2017 – CI/DICAMI), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Novo Airão;



ACÓRDÃO Nº360/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Rosivaldo Souza dos Santos** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução 04/2002, por atos praticados com grave infração à norma legal, referentes aos itens 1 a 2, 4 a 8, 10 e 12 a 14 transcritos na fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Rosivaldo Souza dos Santos** no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), nos termos do art. 54, inciso III, da Lei nº 2423/96 c/c o art. 308, V, da Resolução nº 04/2002, por atos de gestão de que resulte injustificado dano ao erário, referentes aos itens 3, 9 e 11, transcritos na fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.6. Comunicar** à Câmara Municipal de Novo Airão as impropriedades constantes destes autos, remetendo-lhe cópias da manifestação da Unidade Técnica e Parecer Ministerial, determinando o cumprimento das Recomendações e Determinações listadas;
- 10.7. Comunicar** ao CRC-Am a inobservância pelo Contador, **Sr. Marcus Vinicius Pelodan Santos**, CRC Nº: AM-016084/O-9 e DHP Nº: AM 49299, da ausência de assinatura nas demonstrações contábeis,



ACÓRDÃO Nº360/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

encaminhando cópia das demonstrações contábeis às fls. 3/13 e 31/34 e da DHP à fl. 30, todos do Processo Eletrônico nº 11717/2018;

10.8. Determinar o encaminhamento de cópias dos autos ao **Ministério Público Estadual**, de acordo com o inciso XXIV, artigo 1º, da Lei nº 2423/96, para adoção de medidas que entender necessárias.

11- Ata: 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de Maio de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral